

Governo não pode rejeitar parecer

O Governo não terá maioria no Congresso para rejeitar o parecer do relator da Comissão de Orçamento do Congresso, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Essa é a avaliação do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS). Ele prevê que se unirão ao seu partido o PSDB, PDT e demais partidos de esquerda, além de parte das bancadas do PFL, PDS e PTB.

Apesar dessa avaliação, o líder do PMDB ainda acredita em uma negociação com o Governo, o que pode acontecer até no momento da votação. Ibsen Pinheiro identifica na área econômica um endurecimento para chegar a qualquer acordo com o Congresso em torno do orçamento. Já o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), diz que só votará com o parecer da Comissão de Orçamento se o parecer do relator indicar um déficit zero, como quer o Governo. Lourenço assegura que a maioria da bancada o acompanha nessa posição.

Mudanças

Na avaliação do líder do PMDB e de outras lideranças do Congresso, dificilmente a maioria dos parlamentares apoiará uma proposta do Governo, já que foi muito grande a apresentação de emendas tentando modificar o orçamento original do Executivo. Ibsen Pinheiro diz que não haverá confronto partidário nessa questão; se a posição de intransigência do Governo for mantida, haverá uma disputa entre o Executivo e o Legislativo.

Junto com a posição do Governo vão ficar as lideranças do PFL, PTB e PDS, as mais governistas do Congresso, e parte de suas bancadas. A esse grupo poderia aderir também parte da bancada do PMDB, apesar de o líder achar que haverá uma posição unitária do seu partido em torno da posição da Comissão de Orçamento. Será uma adesão pequena, já que os governadores certamente farão pressão para que os parlamentares votem contra qualquer proposta do Governo que venha tirar recursos de suas administrações. Ibsen Pinheiro aponta nessa direção ao afirmar que o orçamento é uma questão da federação.

Pesa também contra o Governo o fato de o Congresso ter retomado suas prerrogativas e a Comissão de Orçamento ser a única até agora a ter uma função mais efetiva depois da promulgação da Constituição, pois a maioria de seus relatores e membros permaneceu em Brasília para fazer uma avaliação a sério de todo o orçamento encaminhado pelo Governo. O líder do PMDB resume essa postura ao afirmar que "a proposta da comissão é uma construção do Congresso".

A questão do orçamento já chegou inclusive à central de informações do pacto social montada no Ministério do Trabalho. Várias sugestões pedem redução do déficit.